



D I Á R I O

da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 1992

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. Adriano José Alves Moreira

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. João Domingos Fernandes de Abreu Salgado  
Vitor Manuel Caio Roque  
José de Almeida Cesário  
Belarmino Henriques Correia

## S U M Á R I O

*O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 25 minutos.*

*A Câmara autorizou vários Srs. Deputados a deporem em tribunal.*

*Em sessão de perguntas ao Governo, usaram da palavra, além dos Srs. Secretários de Estado Adjunta e do Orçamento (Manuela Leite), Adjunto do Ministro da Saúde (Jorge Pires), do Equipamento e Tecnologias de Defesa (Eugénio Ramos) e Subsecretário de Estado*

*Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento (Vasco Matias), os Srs. Deputados Apolónia Teixeira (PCP), Correia de Campos e Armando Vara (PS) e Isabel Castro (Os Verdes).*

*Entretanto, a Assembleia deu assentimento à viagem de carácter oficial do Sr. Presidente da República ao Reino da Dinamarca, entre os dias 6 e 9 de Maio.*

*O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 10 horas e 25 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

Abílio Sousa e Silva.  
Adérito Soares Campos.  
Adriano da Silva Pinto.  
Alberto Cerqueira Oliveira.  
Alberto Monteiro de Araújo.  
Álvaro Bissaia Barreto.  
Álvaro José Martins Viegas.  
Ana Paula Matos Barros.  
António Barradas Leirão.  
António Correia Vairinhos.  
António da Silva Bacelar.  
António de Carvalho Martins.  
António do Carmo Malveiro.  
António Esteves Morgado.  
António Fernandes Alves.  
António Germano Sá e Abreu.  
António José da Motta Veiga.  
António Maria Pereira.  
António Paulo Coelho.  
António Santos Pires Afonso.  
Aristides Alves Teixeira.  
Arlindo da Silva Moreira.  
Armando Guerreiro da Cunha.  
Arménio dos Santos.  
Belarmino Henriques Correia.  
Bernardino Gata da Silva.  
Carlos Almeida Figueiredo.  
Carlos de Almeida Coelho.  
Carlos Lopes Pereira.  
Carlos Manuel Gonçalves.  
Carlos Miguel de Oliveira.  
Carlos Oliveira da Silva.  
Cecília Pita Catarino.  
Delmar Ramiro Palas.  
Domingos Duarte Lima.  
Domingos José Soares Lima.  
Eduardo Pereira da Silva.  
Elói Franklin Ribeiro.  
Ema Maria Lóia Paulista.  
Fernando Cardoso Ferreira.  
Fernando Correia Afonso.  
Fernando dos Reis Condesso.  
Fernando Marques de Andrade.  
Filipe Manuel Silva Abreu.  
Francisco Antunes da Silva.  
Francisco Bernardino Silva.  
Francisco Fernandes Martins.  
Guido Orlando Rodrigues.  
Guilherme Rodrigues Silva.  
Hilário Azevedo Marques.  
Isilda Maria Pires Martins.  
Jaime Gomes Mil-Homens.  
João Alberto Granja Silva.  
João Carlos Duarte.  
João de Oliveira Martins.  
João do Lago Mota.  
João Granja da Fonseca.  
João José da Silva Maças.

João José Pedreira de Matos.  
João Salgado.  
Joaquim Cardoso Martins.  
Joaquim Eduardo Gomes.  
Joaquim Fernandes Marques.  
Joaquim Vilela de Araújo.  
Jorge Paulo Roque da Cunha.  
José Álvaro Pacheco Pereira.  
José António Peixoto Lima.  
José Augusto Silva Marques.  
José Bernardo Falcão Cunha.  
José Borregana Meireles.  
José de Almeida Cesário.  
José Freitas Costa Leite.  
José Júlio Carvalho Ribeiro.  
José Leite Machado.  
José Macário Correia.  
José Manuel da Silva Costa.  
José Mário Gaspar.  
José Mário Lemos Damião.  
José Reis Leite.  
Luís António Martins.  
Luís Carrilho da Cunha.  
Luís Filipe Pais de Sousa.  
Luís Manuel Costa Geraldès.  
Manuel Acácio Martins Roque.  
Manuel Antero Cunha Pinto.  
Manuel Azevedo.  
Manuel Casimiro de Almeida.  
Manuel Castro de Almeida.  
Manuel Lima Amorim.  
Manuel Maria Moreira.  
Manuel Simões Marques.  
Maria Conceição Rodrigues.  
Maria da Conceição Pereira.  
Maria Fernanda Dias Cardoso.  
Maria Leonor Beleza.  
Maria Luísa Ferreira.  
Maria Margarida de Sousa.  
Marília Dulce Pires Morgado.  
Mário Belo Maciel.  
Mário de Oliveira Santos.  
Melchior Pereira Moreira.  
Miguel Bento Macedo e Silva.  
Miguel Fernando Relvas.  
Olinto da Cruz Ravara.  
Pedro Augusto Cunha Pinto.  
Pedro Manuel Cruz Roseta.  
Rui Alberto Limpo Salvada.  
Rui Carlos Alvarez Carp.  
Rui Fernando da Silva Rio.  
Rui Manuel Lobo Gomes Silva.  
Simão José Ricon Peres.  
Vasco Francisco Miguel.  
Virgílio de Cameiro.  
Vitor Manuel Igreja Raposo.

**Partido Socialista (PS):**

Alberto Arons de Carvalho.  
Alberto Bernardes Costa.  
Alberto de Oliveira e Silva.  
Alberto de Sousa Martins.  
Alberto Manuel Avelino.  
Ana Maria Bettencourt.  
António Alves Martinho.

António Correia Campos.  
 António Crisóstomo Teixeira  
 António de Almeida Santos  
 António Domingues Azevedo.  
 António Marques Júnior  
 Armando Martins Vara.  
 Artur Pereira dos Penedos.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Carlos Manuel Costa Candal.  
 Carlos Manuel Luís.  
 Edite Marreiros Estrela.  
 Eduardo Ferro Rodrigues.  
 Eduardo Ribeiro Pereira.  
 Elisa Maria Ramos Damão.  
 Fernando Manuel Costa  
 Fernando Pereira de Sousa.  
 Fernando Pereira Marques.  
 Guilherme de Oliveira Martins.  
 Helena Torres Marques.  
 Jaime José Matos da Gama  
 João António Gomes Proença  
 João Ferraz de Abreu.  
 João Maria Menezes Ferreira.  
 João Rui Gaspar de Almeida.  
 Joaquim Fialho Anastácio.  
 Jorge Lação Costa  
 Jorge Paulo Almeida Coelho.  
 José Apolinário Portada  
 José Barbosa Mota.  
 José Ernesto dos Reis.  
 José Manuel Lello Almeida  
 José Manuel Magalhães  
 José Rebelo dos Reis Lamego.  
 Júlio da Piedade Henriques  
 Júlio Miranda Calha.  
 Laurentino José Castro Dias.  
 Luís Capoulas Santos.  
 Luís Filipe Madeira  
 Manuel António dos Santos.  
 Maria Julieta Sampaio  
 Maria Santa Clara Gomes.  
 Raul Fernando Costa Brito.  
 Raúl Pimenta Rêgo  
 Rui António Ferreira Cunha  
 Rui Machado Ávila  
 Rui Rabaça Vieira  
 Vítor Manuel Caio Roque.

**Partido Comunista Português (PCP):**

António Filipe Gaião  
 António Simões Abreu.  
 Apolónia Maria Teixeira.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 João Gonçalves do Amaral.  
 José Manuel Maia.  
 Lino Marques de Carvalho.  
 Luís Carlos Martins Peixoto.  
 Maria de Lourdes Hespanhol.  
 Miguel Urbano Rodrigues  
 Octávio Augusto Teixeira.

**Centro Democrático Social (CDS):**

Adriano José Alves Moreira.  
 Manuel Rodrigues Queiró  
 Narana Sinai Corssoró.

**Partido Ecologista Os Verdes (PEV):**  
 Isabel Maria Almeida Castro.

**Partido da Solidariedade Nacional (PSN):**  
 Manuel Sérgio Vieira Cunha

O Sr. **Presidente** (Adriano Moreira): — Srs Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta de vários pareceres da Comissão de Regimento e Mandatos.

O Sr. **Secretário** (João Salgado): — Sr Presidente e Srs. Deputados, a solicitação do 5.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Lisboa, a Comissão de Regimento e Mandatos emitiu parecer no sentido de autorizar os Srs Deputados Álvaro Barreto, António Guterres, Adriano Moreira e Leonor Beleza a prestarem depoimentos em processos que se encontram pendentes naquele Tribunal

O Sr **Presidente** (Adriano Moreira). — Srs Deputados, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS, do PSN, de Os Verdes e dos Deputados independentes Mário Tomé e Raul Castro*

O Sr. **Secretário** (João Salgado): — Sr Presidente e Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal de Círculo e de Comarca de Mirandela, a Comissão de Regimento e Mandatos emitiu parecer no sentido de autorizar o Sr Deputado Vítor Raposo a depor, na qualidade de testemunha, no referido Tribunal.

O Sr. **Presidente** (Adriano Moreira): — Srs Deputados, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS, do PSN, de Os Verdes e dos Deputados independentes Mário Tomé e Raul Castro.*

O Sr **Secretário** (João Salgado): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca de Figueiró dos Vinhos, a Comissão de Regimento e Mandatos emitiu parecer no sentido de autorizar o Sr Deputado Belarmino Correia a ser inquirido, na qualidade de testemunha, no Tribunal acima citado

O Sr. **Presidente** (Adriano Moreira). — Vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS, do PSN, de Os Verdes e dos Deputados independentes Mário Tomé e Raul Castro*

O Sr **Secretário** (João Salgado). — Sr Presidente e Srs. Deputados, a solicitação do Centro Regional de Segurança Social de Viseu, a Comissão de Regimento e Mandatos emitiu parecer no sentido de autorizar os Srs Deputados Ana Paula Barrios e Luís Martins a serem ouvidos, como testemunhas, em processo pendente naquele Centro Regional

O Sr. **Presidente** (Adriano Moreira): — Srs Deputados, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS, do PSN, de Os Verdes e dos Deputados independentes Mário Tomé e Raul Castro*

O Sr. **Secretário** (João Salgado): — Finalmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca de Viana do Castelo, a Comissão de Regimento e Mandatos emitiu parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Hilário Marques a ser inquirido, como testemunha, em processo que se encontra pendente naquele Tribunal.

O Sr. **Presidente** (Adriano Moreira): — Srs. Deputados, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS, do PSN e dos Deputados independentes Mário Tomé e Raul Castro*

Srs. Deputados, vamos dar início à sessão de perguntas ao Governo que integra a ordem do dia de hoje.

Para formular uma pergunta à Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Apolónia Teixeira

A Sr.<sup>a</sup> **Apolónia Teixeira** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento, Srs. Deputados: Notícias vindas a lume, que dão como certa a intenção de o Governo colocar na situação de «excedentes» e pretender despedir milhares e milhares de trabalhadores da Administração Pública, suscitam justificadas preocupações por parte do Grupo Parlamentar do PCP

Preocupações acrescidas quando tal intenção não pode ser desligada das disposições constantes na Lei do Orçamento do Estado, que viabiliza aliciar as chefias que, através da elaboração de listas «disponíveis», arrecadaram para outras rubricas 50 % das verbas dos vencimentos dos «disponibilizados»

Situação ainda mais preocupante quando é já do domínio público a recente decisão governamental de encomendar um estudo sobre organismos a extinguir ou a privatizar na Administração Pública

Pretender criar excedentes como «meio de descongestionamento dos serviços» é uma medida irracional de gestão, porque aturaria para a inactividade milhares e milhares de trabalhadores, que ficariam a receber apenas uma parte do seu vencimento e, arbitrariamente, sujeitos à aposentação e despedimento compulsivos. Tal medida é geradora de grande instabilidade, não só para os trabalhadores como para o funcionamento dos próprios serviços

Procurar invocar a existência de excedentes na Administração Pública é um falso pretexto para despedir, quando é sabido que Portugal, no conjunto dos países da Comunidade Europeia, tem a menor taxa de funcionários em relação ao total da população activa.

Por isso pergunto, é ou não verdade que o Governo tem em seu poder iniciativas legislativas que conduziram ao despedimento de milhares e milhares de trabalhadores da Administração Pública?

Se é verdade, em que se fundamentam tais iniciativas que, a serem concretizadas, lançarão no desespero mais uns largos milhares de trabalhadores a somar àqueles que já hoje vivem a angústia da precarização e instabilidade?

Para além destes trabalhadores, quais as repercussões na qualidade e na área de incidência dos serviços prestados pela Administração Pública e que outros estratos da população vão ser penalizados com tais medidas?

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Adriano Moreira): — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento.

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento** (Manuela Leite): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada: Creio que quem está a lançar a instabilidade na Administração Pública e nos seus funcionários são discursos do estulo do seu .

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A **Oradora:** — Onde é que existe uma proposta de diploma com o objectivo de despedir milhares e milhares de funcionários da Administração Pública?

Portanto, a minha resposta é, categoricamente, a seguinte: nego totalmente que exista um diploma com esse objectivo. Existe, sim, uma proposta de diploma que, de resto, corresponde a uma autorização legislativa, pedida e aprovada aqui na Assembleia, que tem a ver com a mobilidade dos funcionários na Administração Pública

Agradecia que os Srs. Deputados não lançassem o desespero nos funcionários da Administração Pública.

O Sr. **João Amaral** (PCP): — Esteja descansada que nós não vamos lançar o desespero!

*Protestos do PSD.*

Já há desespero na bancada do PSD?!

A **Oradora:** — Ó Sr. Deputado, para além de problemas de desespero há também o problema da mínima educação e civismo aqui na Assembleia.

*Ap'lausos do PSD.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada Apolónia Teixeira, como já disse, existe uma proposta de diploma que tem autorização legislativa, aprovada por esta Assembleia. Além disso, há também um aspecto que é fundamental e que não posso deixar de referir, é que essa proposta de diploma está em discussão com os sindicatos e ainda não foi discutida em sede de Governo.

Devo dizer, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que prezo muito a discussão dos diplomas com os sindicatos. Não os faço por fantochada mas negociemos-os com seriedade, e julgo que os sindicatos — não sei se os seus — têm essa verdadeira consciência. Daí que os trabalhadores da função pública estão, razoavelmente, tranquilos quando sabem que os diplomas não estão prontos mas em negociação, e não estão em simulacro de negociação.

No projecto de diploma em causa — e julgo que foi a este que a Sr.<sup>a</sup> Deputada se referiu, porque, tendo em conta o que disse, até admita que não fosse o mesmo — não há nenhum ponto contendo qualquer afirmação do qual se possa deduzir que vai haver alterações ao nível do vínculo jurídico na função pública. Existem, sim, incentivos à mobilidade do pessoal. E esses incentivos estão tanto mais claros quanto é certo que esse diploma se propõe acabar com os diferentes quadros de excedentes que existem em toda a Administração Pública, porque cada um está adstrito ao seu ministério, e se reduza esse quadro a um só ministério. Ou seja, cria-se uma efectiva bolsa de funcionários que estão disponíveis para a mobilidade.

Todas as medidas propostas no diploma serão tomadas por iniciativa do próprio trabalhador. Não há nenhuma

medida que contenha soluções para os funcionários que pretendam aderir a qualquer outro sistema que não preveja a sua própria iniciativa.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, se a nossa intenção fosse reduzir drasticamente milhares de funcionários, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada disse, tínhamos, neste momento, uma boa forma de o fazer. Sabe qual era? Era, pura e simplesmente, deixar cair todos os contratados da Administração Pública. Era a forma de o fazermos.

**Vozes do PS:** — Assim iam também os do PSD para a rua!

**A Oradora:** — Não o fazemos. Bem pelo contrário, consideramos que eles poderão constituir também «bolsa» desses funcionários.

De facto, a nossa proposta é uma medida de mobilidade, que tem, fundamentalmente, como objectivo melhorar a qualidade dos serviços. Estamos apostados na melhoria da qualidade, e é evidente — e ninguém é capaz de negá-lo — que existem serviços com excesso de pessoal e outros que todos os dias solicitam a admissão de novo pessoal.

Se os Srs. Deputados são tão contra os contratados deveriam estar satisfeitos com o facto de esta medida evitar a contratação de novos funcionários por essa via ou por quaisquer outras vias, porque o que se propõe no projecto de diploma — e julgo ser um ponto contra o qual os sindicatos não irão ...

**O Sr. Presidente** (Adriano Moreira): — Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, já terminou o seu tempo.

**A Oradora:** — Sr. Presidente, termino já.

Como estava a dizer, há um ponto no diploma que estabelece, categoricamente, que nenhum funcionário pode ser admitido, seja por que vias for, sem que previamente esteja esgotado o recurso ao quadro de excedentes.

Portanto, essa é uma medida que evita não só esses contratos como, mais uma vez, reforça a ideia de que o que se pretende é haver mobilidade.

Não existe, pois, nenhuma norma no projecto de diploma que se refira a quaisquer outras medidas.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente** (Adriano Moreira): — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado João Amaral, quero chamar a atenção para a vantagem em se moderarem as expressões verbais nas intervenções, quer dos membros do Governo, quer dos Srs. Deputados. Designadamente, qualquer membro do Governo não precisa de incluir nas suas preocupações o respeito pelo civismo por parte dos Srs. Deputados.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente** (Adriano Moreira): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

**O Sr. João Amaral** (PCP): — Prescindindo da palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente** (Adriano Moreira): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Apolónia Teixeira.

**A Sr.<sup>a</sup> Apolónia Teixeira** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, é natural a sua atrapalhão ao ser-lhe colocada uma questão que, para o Governo, é, de facto, melindrosa.

Quando verificamos, na comunicação social, as notícias que têm surgido nos últimos dias, quando verificamos a posição dos sindicatos e dos trabalhadores que, neste momento, apresentam e manifestam publicamente as suas preocupações e reagem quanto aos objectivos do Governo relativamente à sua intenção de criação de excedentes, que mais não são do que um caminho curto, curtíssimo, para o despedimento, é perfeitamente natural, neste momento, a sua atitude.

Mas vejamos as questões que colocou: quando refere que preza muito negociar e ouvir os sindicatos na elaboração dos diplomas, parece, de facto, ironia, se nos lembrarmos dos 8 %, à custa ou em nome da concertação social, do novo sistema retributivo, das promessas, que foram muitas até hoje, das carreiras que se encontram como antes, dos congelamentos de escalões ... Tudo está cada vez pior!

A estabilidade de emprego é, de facto, uma preocupação permanente e, neste momento, subsistem grandes dúvidas relativamente a esta matéria.

Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, confirma a nossa preocupação quando afirma que os trabalhadores podem, e nós também, ficar razoavelmente tranquilos enquanto não estão prontos os diplomas. É a confirmação inequívoca da intranquilidade que se vive, e a confusão sairá e crescerá quando forem publicados.

**O Sr. Octávio Teixeira** (PCP): — Essa é que é a altura própria!

**A Oradora:** — Essa é que será, de facto, a altura da confusão, com as medidas de selvageria que se pretendem implementar na Administração Pública.

Quando se fala que se pretende apenas a disponibilização, é da disponibilização de ir para casa ao fim de dois anos que se fala. A questão de fundo é ou não enviar e mandar para casa ao fim de dois anos os trabalhadores que se encontram no quadro de excedentes ou, então, aposentar compulsivamente os trabalhadores que têm mais de 15 anos de serviço?

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, o actual governo não tem autoridade moral para invocar a existência de excedentes e criar disponíveis na Administração Pública porque ele próprio se apresenta como um dos mais numerosos de sempre e procede a recrutamentos na base de clientelas pessoais e partidárias.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente** (Adriano Moreira): — Para responder, se assim o entender, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento.

**A Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento:** — Sr. Presidente, não posso deixar de referir e de, mais uma vez, afirmar o meu respeito pela negociação com os sindicatos e não posso também deixar de lembrar à Sr.<sup>a</sup> Deputada que, depois da chamada portaria dos 8 %, que referiu, se assinou um acordo de concertação social com os sindicatos democráticos deste país, e, portanto, aí estou perfeitamente à vontade.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, este problema dos quadros de excedentes ou destas regras que havia relativamente ao quadro de excedentes não é novo, já existia. No entanto, esta proposta de diploma tem realmente uma inovação, isto é, melhora substancialmente as condições em que os funcionários ficarão, se forem considerados excedentes. As condições em que ficam nesta proposta de diploma são muito melhores em relação àquelas que se verificavam no diploma que, neste momento, está em vigor.

Não pode imaginar a quantidade de telefonemas que recebemos de funcionários desejando que o diploma seja aprovado tal como está. Mas estas medidas ou estas possibilidades de escolha não serão, com certeza, aplicadas a funcionários que são necessários na Administração Pública. Com certeza que não! Portanto, essa medida não será nunca susceptível de ser escolhida por todo e qualquer funcionário.

É inegável que existe excesso de funcionários em alguns serviços e falta em outros e que é necessário provocar essa mobilidade efectiva. Mas o diploma que, neste momento, está em vigor provou que não funciona em termos de mobilidade. Portanto, o objectivo deste diploma é provocar — mais uma vez o afirmo — uma efectiva mobilidade dentro da Administração Pública.

Eu ou qualquer outra pessoa do Governo estaremos disponíveis para, no final deste ano ou no próximo, vir aqui aceitar contas e dizer quantos milhares de trabalhadores foram despedidos da função pública.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. Presidente (Adriano Moreira). — Antes de prosseguir, quero dar conhecimento à Câmara de uma carta recebida do Sr. Presidente da República, que diz o seguinte:

Estando prevista a minha deslocação, em visita de Estado, ao Reino da Dinamarca, a convite de Sua Magestade a Rainha Margareth II, entre os dias 6 e 9 do próximo mês de Maio, com partida de Lisboa no dia 4, via Genebra, para, a convite da Organização Mundial de Saúde, intervir na sessão especial da 45.<sup>a</sup> Assembleia Mundial de Saúde, venho requerer, nos termos dos artigos 132.º, n.º 1, e 166.º, alínea b), da Constituição, o necessário assentimento da Assembleia da República.

O Sr. Secretário vai proceder à leitura do parecer da Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação sobre o assunto.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, é do seguinte teor:

A Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação da Assembleia da República, tendo apreciado a mensagem do S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República, em que solicita o assentimento para se deslocar, em visita de Estado, ao Reino da Dinamarca, entre os dias 6 e 9 do próximo mês de Maio, com partida de Lisboa no dia 4, via Genebra, para intervir na sessão especial da 45.<sup>a</sup> Assembleia Mundial de Saúde, apresenta ao Plenário a seguinte proposta de resolução:

Nos termos do n.º 1 do artigo 132.º da Constituição, a Assembleia da República dá assentimento à visita de Estado de S. Ex.<sup>a</sup> o Presi-

dente da República ao Reino da Dinamarca, entre os dias 6 e 9 do próximo mês de Maio, com partida de Lisboa no dia 4 do mesmo mês.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Vamos votar o parecer e proposta de resolução.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS e dos Deputados independentes Mário Tomé e Raul Castro.*

Para formular uma pergunta ao Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde sobre taxas moderadoras para o acesso aos serviços oficiais de saúde, tem a palavra o Sr. Deputado Correia de Campos.

O Sr. Correia de Campos (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde: O Governo, a que V. Ex.<sup>a</sup> pertence, fez publicar um diploma recente que reinstala taxas moderadoras e aponta três objectivos para essa medida: racionalizar a procura, obter meios financeiros adicionais e realizar justiça social.

O que será racionalizar a procura? Haverá uma procura irracional? Haverá uma procura abundante e indisciplinada que careça de ser racionalizada ou, porventura, racionalizada? Quem decide e como da racionalidade da procura? Uma simples barreira/preço alcançará esse ambicioso objectivo?

Na verdade, sabe-se que a utilização de cuidados de saúde aumenta lenta, mas firmemente, e que tal procura se orienta mais para uns ou para outros cuidados em função da disponibilidade destes. Assim, se não houver médicos suficientes nos centros de saúde, os doentes procuram a medicina privada e as urgências hospitalares e se as análises e as radiografias demoram muito, ou só com várias deslocações são conseguidas, os doentes tendem a procurar os bancos de urgência. É que, por muito que lhes custe chegar lá, são sempre atendidos e vistos de uma maneira relativamente completa, e por isso os doentes são acusados de irem muito às urgências.

Mas não é verdade que, durante todo o ano de 1991, o Governo se desdobrou em declarações públicas, anunciando que as obras em curso iriam resolver, definitivamente, os problemas da disponibilidade e da acessibilidade às urgências, nomeadamente na grande Lisboa? Não é verdade que o Governo, podendo ter melhorado a prestação e a qualidade do atendimento nos centros de saúde, nomeadamente incentivando os meios complementares de diagnóstico nas proximidades dos centros, preferiu investir num modelo urgencial hospitalo/cêntrico e indutor de maior procura hospitalar? E não é verdade que o Governo tudo tem feito para que o cidadão se convença que tudo melhorou? A ser assim, para quê, Sr. Secretário de Estado, racionalizar agora a procura às urgências, se tudo corre por lá tão bem? Qual o prazer do Governo em lançar taxas para moderar uma procura que já não é excessiva? Para quê introduzir nos hospitais, nomeadamente nos centrais, esse elemento perturbador que chegou até nós pela comunicação social, com inevitável cortejo das filas de caracol, demoras de uma manhã inteira, recriminações, pessoal adicional para a identificação e cobrança dos pagantes?

Vejamos o segundo argumento, Sr. Secretário de Estado, ou seja, a obtenção de meios financeiros ou, como diz a lei, desta vez — o senhores, agora, têm muito o gosto do sofisma —, contribuir para que a oferta de cuidados de saúde não seja limitada por constrangimentos financeiros.

Isto fez-me lembrar o vício do sofisma, que a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento também lembrou ao dizer «já não vai haver funcionários que vão ser postos na rua mas, sim, funcionários disponíveis para a mobilidade». Também não vai haver docentes que vão pagar as taxas mas, sim, docentes disponíveis para o seu pagamento.

Quanto se espera que rendam as taxas moderadoras, Sr. Secretário de Estado? Eu respondo por si, pois, no domingo passado, V. Ex.<sup>a</sup> disse: «não mais de 2 ou 3 milhões de contos», ou seja, entre 0,5 e 0,7 do orçamento do Serviço Nacional de Saúde para o ano em curso. Uma insignificância!...

É certo que as taxas são actualizadas anualmente, mas mais de 50 % da população ficará isenta, tranquilizam os governantes. Francamente, Sr. Secretário de Estado! Então, se as taxas geram uma receita meramente simbólica, se tudo corre financeiramente tão bem, para quê as taxas? Não corremos o risco de jogar fora a criança com a água do banho? Em que ficamos, afinal? São ou não as taxas uma fonte de financiamento?

Vamos, finalmente, ao terceiro argumento — a realização da justiça social. Diz o preâmbulo do Decreto-Lei n.º 54/92 que as pessoas com maiores rendimentos e que não são doentes crónicos ou de risco devem pagar parte da prestação de cuidados de saúde para que outros nada tenham de pagar, ou seja, far-se-á discriminação positiva não autonomamente, com programas especiais, como seria aconselhável, mas pela discriminação negativa que sobre outros se exercerá no acesso aos cuidados universais.

Isso é ineficaz, porque, segundo o Governo, nem as taxas custam a pagar, pois é apenas uma pequena cêcega na carteira, nem moderam, nem facultam meios financeiros para melhorar aqueles cuja situação pretendem bonificar. Estranha justiça social pela negativa! Seria como se o acesso a uma estrada comum fosse agora considerado um instrumento primário de justiça social, caso se cobrasse um imposto adicional aos automóveis de 1200 cm<sup>3</sup> do qual seriam isentos os de cilindrada mais baixa.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Sr. Deputado, peço-lhe para abreviar as suas considerações.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Se as taxas já não são precisas para reduzir a procura, porque a oferta aumentou, como os senhores dizem, se as taxas não rendem nada que se veja e se as taxas não são mais do que um pífio instrumento negativo de redistribuição de uma isenção, ficará apenas o objectivo escondido de aumentar a burocracia ou de prevenir o desemprego. É essa a vossa intenção?

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde (Jorge Pires): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Correia de Campos, antes de responder directamente às questões que me colocou, vou referir dois ou três aspectos que penso serem importantes. Para além de Deputado, o Sr. Dr. Correia de Campos é membro da Comissão Parlamentar de Saúde, professor da Escola Nacional de Saúde Pública, exerceu funções governativas na área da saúde em 1979, pelo que, melhor do que ninguém, conhece a problemática do tema que estamos a tratar. Aliás, no seu livro, *Saúde, Custo de Um Valor sem Preço*, responde a

muitas destas questões e vou-me permitir — porque penso que aqui estão dadas as respostas às questões que colocou — reproduzir algumas das afirmações que nessa altura escreveu.

E diz textualmente: «[...] o nosso sistema cultiva e agrava o desperdício [...]» — isto em 1983. Diz posteriormente, quando fala de política de saúde: «[...] sendo difícil ampliar a fatia da saúde, estamos ainda longe de ela ser toda bem usada. Existe a sensação de que os recursos poderiam produzir mais e melhores resultados, isto é, eficácia, em menor custo, isto é, eficiência, e com mais justiça para todos, equidade [...]». Depois, define que há que enquadrar as taxas moderadoras num contexto mais vasto de medidas estruturais de planeamento da oferta, o que está a acontecer efectivamente.

E mais à frente, num capítulo em que refere moderar e conter a procura, indica duas razões, uma de natureza financeira e outra de natureza física. Na natureza financeira diz mais ou menos isto que vou reproduzir: «[...] através da criação de mecanismos de co-pagamento, responsabilizando o utente por uma parte dos custos do acto, uma variante das barreiras financeiras é a taxa moderadora destinada não a obter um co-financiamento do sistema, mas sim a criar uma simbólica valorização monetária de um bem ou serviço no momento da sua utilização, com o objectivo de dissuadir uma parte da procura, possivelmente aquela que não se apresenta com grande convicção quanto aos resultados esperados da utilização dos serviços». Sobre a natureza física não vale a pena falarmos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Bem, Sr. Deputado, penso que está aqui a resposta às questões que colocou. Mas, parece-me que para debater o problema das taxas moderadoras é necessário enquadrar sistematicamente a sua função no âmbito mais vasto da política de saúde. Se olharmos para as taxas moderadoras isoladamente caíremos por certo numa perspectiva reducionista da realidade. Para que o debate desta questão seja claro e construtivo torna-se, portanto, imperioso alargar a discussão ao tema dos custos em saúde, que conhece também muito bem, o qual constitui uma das mais importantes questões dos sistemas actuais. A saúde é um valor sem preço para quem dela carece e simultaneamente um encargo, com um custo cada vez mais elevado, para quem, como o Estado Português, tem o dever de a garantir.

Com efeito, assistimos hoje, como é do seu conhecimento, em todo o mundo — não é um problema português —, ao aumento progressivo dos custos da saúde em resultado de múltiplos factores, dos quais gostaria de salientar dois ou três, porque penso serem importantes. Em primeiro lugar, deve-se ao excessivo custo das novas tecnologias, que não são substitutivas; por outro lado — aliás, reconheceu-o —, deve-se a uma maior cobertura sanitária do País e como consequência disto há um envelhecimento das populações, há efectivamente um aumento da esperança média de vida, e, portanto, são precisamente estas as camadas da população que registam maior consumo em elementos complementares de diagnóstico e em medicamentos.

Por último, o aumento dos custos com a saúde deve-se ainda a uma questão extraordinariamente importante, que é o crescimento da mão-de-obra, em função de uma maior especialização exigida pelas novas tecnologias. É do seu conhecimento — aliás, discutimos isto ainda há bem pouco tempo na Comissão de Saúde — que só ao nível da evolução dos custos da mão-de-obra gastámos 60 milhões de

contos em 1985 e 235 milhões de contos em 1981. Resulta daqui que o esforço financeiro que tem sido exigido para a área da saúde é do conhecimento geral, estando previstos este ano, no nosso orçamento, cerca de 500 milhões de contos. Insere-se nestas preocupações a lei de bases que esclareceu estes problemas e que, com o objectivo de regular os serviços de saúde, instituiu as taxas moderadoras. Aliás, neste ponto queria salientar que, curiosamente, o seu partido propôs um projecto de diploma que não diferia muito do nosso, em que estavam inclusivamente consignadas as taxas moderadoras.

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Não estavam, não!

O Orador: — Relativamente aos princípios contidos na lei de bases, devemos extrair de imediato a conclusão de que efectivamente não se pretende financiar o sistema, pretende-se sim coisa bem diferente, que é conseguirmos regular a utilização da procura dos serviços, racionalizá-la e aumentar a eficiência. Ao aumentarmos a eficiência, estamos a aumentar a qualidade e a humanização dos serviços.

Tentámos criar — e conseguimos-lo — isenções que abrangem cerca de 50 % da população portuguesa, com origem em duas razões: médico-sociais ou económicas. Quando se ausentam de pagamento os doentes em estados crónicos, grupos de risco, as grávidas, as crianças até 12 anos ou quando se ausentam os reformados, os desempregados, aqueles que ganham menos que o salário mínimo nacional, visa-se precisamente esse objectivo. Aliás, termino, voltando a citar textos seus: «[...] há três formas de resolvermos o problema: através de financiamento público, aumentando-o [...]» — e penso que o esforço que tem sido feito até este momento está aos olhos de todos; se o financiamento público tem que aumentar temos de aumentar os impostos, não há outra forma de o fazer — «[...] através do financiamento privado [...]» — o que significa a mesma coisa, isto é, os cidadãos terem que contribuir com mais ou através de ganhos de eficiência do sistema. E o que pretendemos é efectivamente isso: ganhos de eficiência do sistema para se aumentar a qualidade e, aumentando a qualidade, aumenta-se a humanização.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Tem a palavra o Sr. Deputado Correia de Campos.

O Sr. Correia de Campos (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, gostaria de chamar a sua atenção para declarações recentes do Sr. Ministro da Saúde, publicadas no primeiro número de uma interessantíssima revista saúde há dias.

Diz o Sr. Dr. Arlindo de Carvalho: «Medidas administrativas que resultaram em pleno, como foi o caso da entrada em funcionamento das novas urgências na cidade de Lisboa, levaram ao descongestionamento dos bancos dos hospitais centrais, onde hoje as camas vagas e as macas disponíveis substituíram o aglomerado de doentes e macas no chão [...]». Mais adiante diz: «Já não se vê qualquer aglomeração de doentes nos corredores das urgências dos hospitais, isso pertence ao passado [...]» Depois diz: «O dia a dia das urgências dos hospitais centrais é tranquilo, há macas vagas, há camas vagas, não há grandes esperas para que os doentes sejam atendidos [...]»!

Sr. Secretário de Estado, agradeço que nos diga, no contexto deste optimismo, para quê e porquê neste momento lançar as taxas moderadoras.

Diz mais o Sr. Ministro da Saúde, nessa mesma revista. À pergunta da entrevistadora «mas as verbas da saúde não são também este ano, e uma vez mais, insuficientes?» responde o Sr. Ministro «não senhor, dentro do que é possível ter-se no quadro nacional, sinceramente estou bastante satisfeito». «Mas as dívidas do Estado às farmácias e aos laboratórios, por que é que essas situações se repetem?» — Pergunta a entrevistadora. Responde o Sr. Ministro: «O Ministério não é, em nenhum destes processos, a entidade devedora. Os atrasos de pagamento que se verificaram no final do ano passado, e que já estão em parte resolvidos; ficaram a dever-se a dificuldades por parte das administrações regionais, que são entidades dotadas de autonomia administrativa e financeira.» Assim respondeu o Sr. Ministro Arlindo de Carvalho. Se tudo corre bem do ponto de vista do financiamento, para quê então lançar uma taxa que VV. Ex.<sup>as</sup>, no preâmbulo e no texto do decreto-lei, dizem que é para financiar?!

Bem, vamos ao segundo argumento das taxas, se estas são um anátema ou não o são. Sr. Secretário de Estado, V. Ex.<sup>a</sup> sabe perfeitamente qual é a posição do Partido Socialista nessa matéria. Sabe perfeitamente que o PS nunca anatematizou as taxas como uma das alternativas possíveis em situações condicionadas. Mas, o Sr. Secretário de Estado sabe que o seu dever, como governante, é escolher. O político escolhe entre alternativas. E o Sr. Secretário de Estado tinha muitas outras alternativas à escolha, tinha que começar por regulamentar a Lei de Bases da Saúde, que está desde 24 de Agosto de 1990 à espera da pena de um legislador atilado. Isso VV. Ex.<sup>as</sup> não fizeram, antes utilizaram a medida mais fácil e também a mais penalizadora dos cidadãos:

Em terceiro lugar, para teminar, Sr. Presidente, se me permite, gostava de referir e agradecer a citação que o Sr. Secretário de Estado faz de trabalhos da minha autoria. Todavia, Sr. Secretário de Estado, devo dizer-lhe que 80 % do que leu foi bem utilizado, foi lido no contexto, mas talvez 20 % foi lido fora do contexto. Porquê? Porque V. Ex.<sup>a</sup>, ou quem leu por si, confundiu, no capítulo de uma obra que se pretende científica, a parte descritiva com a parte opinativa. O Sr. Secretário de Estado leu apenas as linhas em que eu descrevia os sistemas de contenção de gastos e não leu — já agora peço-lhe que o faça — a parte final desse capítulo onde eu digo qual é a minha opinião sobre as taxas moderadoras.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Correia de Campos: Começando por responder à última parte da sua questão, devo dizer-lhe que li — ninguém leu por mim — o seu livro de fio a pavio; penso que o percorri todo, e as citações que fiz não estão só no prefácio, estão também nas conclusões; Sr. Deputado.

Relativamente às urgências de Lisboa, penso que, neste momento o problema está ultrapassado, pois creio que até os mais cépticos já se renderam à evidência das medidas tomadas. E ainda bem que assim é, porque, efectivamente, defendemos a prestação de cuidados de saúde humanizados e com qualidade, e penso que foi isso que conseguimos. O que não significa que, por termos conseguido isso, fiquemos a dormir sobre o assunto e não to-



memos medidas que evitem que se volte a cair na anarquia que determinados tipos de sistema criaram dentro do sistema hospitalar de Lisboa.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** Quanto às questões financeiras, Sr. Deputado, francamente às vezes fico admirado!... Reconheço-lhe craveira intelectual, qualidade científica e técnica quando remete para estas questões financeiras. Responder-lhe-ia, mas por falta de tempo remeto-o para o seu livro e para a análise que faz — que está muito bem feita — da evolução dos custos. E não posso aceitar que o Sr. Deputado me diga que tem havido uma evolução muito lenta dos custos. Não posso aceitar isso! V. Ex.<sup>a</sup>, no seu livro, apresenta, inclusive, gráficos onde responde claramente a esta questão.

O Sr. Deputado disse que 80 % das citações que fiz foram bem utilizadas e 20 % mal utilizadas. Olhe, Sr. Deputado, penso que se utilizámos bem 80 % daquilo que escreveu no seu livro temos de nos felicitar porque os 20 % talvez correspondam à percentagem que não deva ser utilizada.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Sr. Presidente (Adriano Moreira): —** Sr. Deputado Ferraz de Abreu, pede a palavra para que efeito?

**O Sr. Ferraz de Abreu (PS): —** Sr. Presidente, o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde citou o projecto de lei de bases da saúde do Partido Socialista e referiu uma incorrecção. Suponho que para a corrigir só me resta invocar a defesa da consideração, uma vez que fui um dos subscritores desse projecto.

**O Sr. Presidente (Adriano Moreira): —** Tem a palavra para o efeito, Sr. Deputado.

**O Sr. Ferraz de Abreu (PS): —** Sr. Presidente, na realidade o Partido Socialista, nesse projecto, continuava a manter taxas moderadoras, mas anunciávamos que elas seriam progressivamente reduzidas e eliminadas, como vínhamos a fazer desde a Lei de Bases do Serviço Nacional de Saúde, designada «Lei Arnaut».

Aliás, cumpria-se assim o que ficou consignado na Constituição: que o serviço seria tendencialmente gratuito e não tendencialmente pagante, como VV. Ex.<sup>as</sup> prevêm agora. E o PSD também defendeu na revisão da Constituição que a prestação dos serviços de saúde fosse tendencialmente gratuita. Não estão, pois, a cumprir, estão a faltar àquilo a que se comprometeram nessa revisão.

O que VV. Ex.<sup>as</sup> anunciam na vossa lei de bases é que, para além das taxas moderadoras, estabelecerão taxas para pagamento de cuidados de saúde prestados, e isto não são taxas moderadoras. Há nele efectivamente taxas moderadoras, mas também há taxas que nada têm de moderadoras, como acontece com o pagamento da litotrfia. Sr. Secretário de Estado, quem é que vai submeter-se a uma litotrfia voluntariamente? É preciso reduzir o consumismo das litotrfias?! Quem é que faz exames de anatomia patológica para saber se um determinado tecido está ou não cancerizado? Alguém vai submeter-se a isso voluntariamente? É preciso moderar esses exames?! Isso não são taxas moderadoras. Está enunciada neste diploma uma quantidade de serviços e as respectivas taxas destinam-se a pagar cuidados de saúde prestados.

Mas vêm aí mais casos de taxas para pagar cuidados de saúde prestados. Os senhores estão a anunciar que, por exemplo, os internamentos passarão a ser pagos. Isso não constitui uma taxa moderadora, mas sim aquilo que os senhores tiveram a coragem de anunciar na vossa lei de bases da saúde: que eram taxas para pagar cuidados de saúde e não taxas moderadoras.

Há, pois, aqui o intuito de ocultar a verdade e, além disso, o não cumprimento das normas constitucionais.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Sr. Presidente (Adriano Moreira): —** Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

**O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde: —** Sr. Presidente, Sr. Deputado Ferraz de Abreu: Importa esclarecer a questão do significado da expressão «tendencialmente gratuito».

Entendemos que o «tendencialmente gratuito» significa que não pode ficar sem cuidados de saúde quem não os possa pagar. É este o sentido da fórmula «tendencialmente gratuito», segundo o nosso entendimento.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

*Protestos do PS.*

**O Orador: —** O nosso entendimento é o de que ninguém neste país pode deixar de ter cuidados de saúde por não os poder pagar. Aí, sim, há efectivamente um objectivo social de profundo alcance. Ao Estado compete essencialmente salvaguardar a saúde pública, de forma totalmente gratuita e sem que o cidadão seja penalizado por isso.

**O Sr. Silva Marques (PSD): —** Quem tem dinheiro deve pagar!

**O Sr. João Amaral (PCP): —** Mas ao Estado compete o mínimo!

**O Orador: —** Quanto ao pagamento de cuidados de saúde, o Sr. Deputado — permita-me que lho diga — deu um exemplo muito infeliz, concretamente o da litotrfia. Sabe o Sr. Deputado quanto custa exactamente um exame de litotrfia? Um exame de litotrfia custa cerca de 250 contos!

**O Sr. Ferraz de Abreu (PS): —** Mas não é uma taxa moderadora!

**O Orador: —** O que aqui está é uma taxa moderadora.

**O Sr. Ferraz de Abreu (PS): —** Isto é um pagamento de serviços prestados. Onde é que isto é moderador?...

**O Orador: —** Não entrarei nessa discussão, Sr. Deputado.

Passaria, sim, à questão que o Sr. Deputado suscitou ao referir que no projecto da sua responsabilidade se previa que a taxa moderadora fosse gradualmente reduzida. Cairíamos efectivamente num sistema em que o Estado continuaria a ser o único suporte de toda a despesa de saúde. É uma visão que poderá não ser, de facto, a nossa, porque há outras

formas alternativas — sobre as quais o Sr. Deputado Correia de Campos já falou, num escrito que fez há pouco tempo — de financiar a saúde. Estamos precisamente a trabalhar e a desenvolver, ao contrário do que aqui foi afirmado, a regulamentação da lei de bases nesse sentido. Há formas alternativas, como a co-responsabilização de terceiros, nomeadamente os seguros — é um caso concreto em relação ao qual, infelizmente, não há tradição no nosso país. Mas há outras formas de financiamento.

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Como vê, Sr. Secretário de Estado, o nosso projecto de lei não era igual ao vosso!

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Para formular uma pergunta ao Sr. Subsecretário de Estado Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento, sobre imposto automóvel, tem a palavra o Sr. Deputado Armando Vara.

O Sr. Armando Vara (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo. Como aqui foi referido pelo presidente do meu grupo parlamentar, no encerramento do debate sobre o Orçamento de Estado para 1992, o Governo não foi capaz de manter importantes compromissos eleitorais. O programa eleitoral do PSD era peremptório: «Continuar a política de desagravamento fiscal, tanto para os indivíduos como para as empresas.»

Apesar da retórica à volta da tese da harmonização, é agora evidente para todos os portugueses que com o PSD pagam mais impostos, o que acontece desde logo com as classes médias, que são também as mais sacrificadas com a nova política fiscal do Governo para o sector automóvel.

Depois do agravamento do imposto do selo automóvel em 38 %, temos agora, segundo foi publicado em toda a comunicação social, um aumento incompreensível do imposto automóvel da ordem média dos 25 %, incidindo especialmente sobre os veículos de baixa e média cilindrada, que representam cerca de 97,5 % do mercado.

Nenhuma directiva comunitária justifica tão brutais aumentos das viaturas de primeira necessidade e percebe-se agora melhor a razão por que nunca foram respondidas as perguntas aqui feitas por vários deputados, sobre esta matéria, durante a discussão do Orçamento.

A nova tabela do imposto automóvel que veio a público demonstra que não se está perante a necessidade de harmonização comunitária, com que se tem tentado enganar os Portugueses, mas sim perante uma investida sobre os bolsos dos cidadãos e das empresas. Mais: a haver alguma harmonização, ela reflectiria necessariamente uma baixa de impostos e não um aumento.

Com este novo agravamento fiscal sobre os automóveis, o Governo prevê aumentar em cerca de 20 milhões de contos as receitas do fisco.

Isso confirma, mais uma vez, a enorme mentira do Sr. Primeiro-Ministro, que não se cansou de elogiar a saúde da economia portuguesa e de prometer o desagravamento fiscal durante a última campanha eleitoral. Os Portugueses têm agora mais esta prova com o aumento do preço dos carros de menor cilindrada.

O PS não se conforma com esta situação e quer saber as razões que justificam este novo aumento de impostos. Espero que o Governo, desta vez, explique com clareza as razões deste aumento.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Para responder, tem a palavra o Sr. Subsecretário de Estado Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento.

O Sr. Subsecretário de Estado Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento (Vasco Matias): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Armando Vara, felicito o Partido Socialista por me ter colocado esta questão e espero, sinceramente, que os esclarecimentos que vou prestar permitam, de uma vez por todas, que se faça luz nesta matéria.

O Sr. João Amaral (PCP): — Se baixarem o preço dos carros!...

O Orador: — Quero dizer, em primeiro lugar, que efectivamente tínhamos um pré-contencioso com a Comunidade, como aliás é reconhecido pelo Sr. Deputado. Esse pré-contencioso obrigou-nos, naturalmente, à revisão do imposto automóvel, visto que este imposto, tal como estava estruturado, implicava uma tributação que não era linear e tinha saltos bruscos que, de alguma forma, não só contribuíam para a distorção do próprio imposto, mas sobretudo, na óptica da Comunidade, iam no sentido de que se estava a proteger a indústria nacional e a violar, com isso, o Tratado de Roma, mais particularmente o seu artigo 95.º

Por consequência, tivemos de fazer uma harmonização. Essa harmonização fiscal levou a que os próprios montantes do imposto tivessem uma graduação de modo que a tributação passasse a ser linear. Esse aspecto está, segundo supenho, devidamente esclarecido.

Centrar-me-ia agora nalgumas das observações que o Sr. Deputado acaba de me dirigir, para fazer, quanto a elas, alguns comentários.

Não sei se o Sr. Deputado sabe, mas, em todo o caso, informo-o de que o imposto específico é um imposto que não sofre actualizações se não for propriamente actualizado, ou seja, é um imposto que não é acompanhado por actualizações em função da inflação. A actualização que o imposto específico sofre em relação a algumas categorias de automóveis (já que noutras, como sabe, se regista um desagravamento significativo) é inferior à inflação. Este imposto específico foi actualizado abaixo do valor da mera actualização em função da inflação. Devo dizer, aliás, que este imposto específico sobre o automóvel já não era actualizado desde 1988, altura em que foi instituído.

Aproveito para recordar ao Sr. Deputado que, em 1991, as viaturas automóveis sofreram em média um aumento de 17 % que nada teve a ver com os impostos. De facto, nem o IVA foi modificado, nem houve alteração no imposto automóvel. Todavia, foi o segundo ano — devo dizê-lo com franqueza e ressaltando erro ou omissão — em que se venderam mais automóveis em Portugal. Foram vendidos mais de 236 000 veículos automóveis sujeitos a imposto automóvel. É, pois, evidente que isto não teve reflexos na venda dos automóveis. Isto só significa que as pessoas puderam adquirir automóveis por realmente terem tido um aumento substancial do seu poder de compra. Admito que ao Sr. Deputado custe reconhecer essa situação, mas esse é um problema seu e não do Governo.

Por outro lado, falou o Sr. Deputado de um aumento substancial do imposto do selo. Lembro ao Sr. Deputado que o imposto do selo, que é um imposto autárquico, foi aprovado por unanimidade por esta Câmara, incluindo, segundo supenho, o Partido Socialista.

O Sr. Deputado incorre ainda num erro ao dizer que o aumento médio dos preços é de 25 %. Quero solicitar ao Sr. Deputado que me diga, aqui e agora, quais são as viaturas cujo preço de venda ao público, por virtude do efeito conjugado do aumento (para algumas delas) do imposto automóvel e da diminuição da taxa do IVA de 17 % para 16 %, aumentou 25 %. Posso dizer-lhe que em relação aos 20 carros mais vendidos em 1991 o reflexo desta alteração da tributação é da ordem dos 5 %. Há casos em que varia 3,54 % no preço final de venda ao público e casos em que tal variação atinge os 6 %. Em nenhum caso, segundo a tabela que resultará da aplicação das novas taxas do imposto automóvel, vai além de 12 %, sendo certo que só em casos pontuais chega lá perto, porque na generalidade dos casos o aumento é muitíssimo menos significativo.

Também não vejo, pois, que haja esse agravamento brutal que o Sr. Deputado afirma, porque, na realidade, o aumento é moderado e devidamente ponderado, justamente por prezarmos que os Portugueses possam continuar a ter acesso a esse tipo de bens.

São estes os esclarecimentos que lhe queria prestar. Fico a aguardar eventuais pedidos de esclarecimento que o Sr. Deputado pretenda dirigir-me.

O Sr. **Presidente** (Adriano Moreira): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Armando Vara.

O Sr. **Armando Vara** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Subsecretário de Estado, a sua intervenção sugere-me que V. Ex.<sup>a</sup> não anda de automóvel, porque, se não, não teria produzido algumas das afirmações que fez.

Começo por comentar a última delas. Não dispomos ainda nem da tabela nem do decreto, que ainda não foi publicado. Os números que utilizei, nomeadamente em relação ao aumento dos preços, têm a ver com o que vem publicado na comunicação social e que refere estudos de várias associações do sector. Esses números não são da minha responsabilidade, embora haja outros números, da minha responsabilidade.

A propósito da incidência fiscal, o Sr. Subsecretário de Estado permitir-me-á que cite alguns números que resultam de um estudo feito no meu grupo parlamentar. Tomámos como exemplo um *Fiat Uno*, que é um carro popular que toda a gente conhece e que normalmente se adquire como primeira viatura, querendo as pessoas a seguir, naturalmente, partir para a aquisição de um carro de categoria mais elevada.

O Sr. **Rui Carp** (PSD): — Cuidado com a publicidade!...

O **Orador**: — Verificámos que o *Fiat Uno* custa mais em Portugal do que em qualquer país da Comunidade Europeia. Posso fornecer-lhe, se o Sr. Subsecretário de Estado o desejar, os elementos que organizámos.

A seguir, fizemos um ensaio sobre o número de meses de trabalho necessários para se adquirir um *Fiat Uno* em vários países europeus — que posso fornecer também a V. Ex.<sup>a</sup> —, aproveitando para lhe dizer que, por exemplo, na Bélgica e no Luxemburgo são precisos quatro meses de trabalho, na Alemanha três, na Holanda, em Itália e em França cinco e em Portugal 24 meses de trabalho para se adquirir o *Fiat Uno*.

Há, ainda, um outro elemento que também posso fornecer e que respeita a dados da indústria em vários países europeus.

O Sr. Secretário de Estado referiu que há um pré-contencioso com a Comunidade. A haver esse pré-contencioso, de que tenho ouvido falar e que os membros do Governo sempre aqui têm referido, tanto quanto sei isso apenas nos obrigava a descer os escalões mais altos e não obrigava, de forma alguma, a subir os mais baixos. Essa é que é a questão! Na verdade, ele obrigava a produzir alguma descida nos escalões mais altos e não a subir os mais baixos!

De facto, o Sr. Secretário de Estado sabe que aquilo que veio publicado nos jornais desagradou a todos: às associações empresariais do sector, aos empresários, que pensam que a descida foi insignificante no que respeita aos escalões mais altos, e a todos os outros intervenientes no sector, porque se trata de uma subida altíssima nos escalões mais baixos e nos médios.

Depois, há ainda coisas que ficam por saber, nomeadamente se há ou não qualquer incentivo — e esta medida tem sido tomada em todos os países da Europa — para penalizar menos, em termos de imposto, os carros equipados com dispositivos antipoluentes. Tanto quanto sabemos não há nada disso! De facto, pensamos que esta é uma medida importante para este sector, pelo que deveria ter sido tomada em linha de conta.

Finalmente, Sr. Secretário de Estado, e apesar de haver uma infinidade de argumentos sobre esta questão, gostaria ainda de dizer-lhe que reina a maior desarmonia, em termos de fiscalidade, nos países da CEE sobre os impostos.

Como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, há países que só tem o IVA para os automóveis, outros que têm um conjunto de impostos, desde o imposto específico ao imposto sobre o valor acrescentado. Ora, por que é que temos sempre de ser nós a harmonizar o que ninguém harmoniza? Por que é que só harmonizamos custos e não salários? Por que é que continuamos com esta situação, quando o poder de compra é cada vez mais mais baixo e os custos são mais altos?

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Adriano Moreira): — Para responder, tem a palavra o Sr. Subsecretário de Estado.

O Sr. **Subsecretário de Estado Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Armando Vara, relativamente às declarações que acabou de fazer, começarei por dizer que, de facto, elas se basearam na leitura de alguns jornais, mas os dados que referiu estão errados, lamento dizê-lo!

O Sr. **Armando Vara** (PS): — Não estão errados, não!

O **Orador**: — Por consequência, terei todo o gosto em fornecer-lhe a tabela, apesar de, na altura, o Conselho de Ministros ter distribuído um comunicado com ela, pelo que bastaria fazer os cálculos.

Na verdade, algumas associações fizeram uma má propaganda do imposto, mas, em todo o caso, o Sr. Deputado poderia ter ido buscar os dados exactos e fazer as contas correctas, para não cair no erro de dizer que o aumento era da ordem dos 20 %, em média.

O Sr. Deputado disse que os trabalhadores portugueses têm extrema dificuldade em aceder à compra de viaturas automóveis. Ora, devo dizer-lhe que, de facto — e isto é que é a realidade! —, nos últimos anos venderam-se mais de 200 000 viaturas por ano.

Assim, pergunto-lhe se há sete ou oito anos eram estes os números com que os senhores se confrontavam? Esta é que a realidade, e é isso que vos custa!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

*Protestos do PS.*

**O Orador:** — De facto, trata-se de factos e contra factos, infelizmente, não há argumentos!

Quanto à questão da poluição e dos catalisadores, posso dizer-lhe que essa medida poderá vir a ser tomada, uma vez que o imposto automóvel não é imutável, o que significa que não possa haver revisões aquando da entrada em vigor da medida que obrigue ao uso de catalisadores nas viaturas automóveis — o que irá também ter reflexos no seu custo.

Portanto, repito, não se pretende dizer que o imposto automóvel não sofra alterações. De facto, o Governo tem uma política gradualista e, por isso, não significa que o imposto automóvel fique imutável.

O Sr. Deputado disse também que só nós é que fazemos harmonização. Ora, Sr. Deputado, aproveito para informá-lo de mais algumas coisas.

Na realidade, já dois países introduziram impostos específicos para os automóveis em virtude da harmonização fiscal em matéria de IVA: é o caso da Bélgica — que já o fez — e da Dinamarca — que vai introduzi-lo, porque vai desaparecer a taxa agravada a partir de 1993.

Quanto aos preços das viaturas, desculpe-me que lhe diga, mas os dados que referiu não são rigorosos, porque há países da Europa que têm preços mais elevados do que os nossos, sobretudo nas viaturas de cilindrada mais baixa.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP):** — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP):** — Sr. Presidente, o meu grupo parlamentar teve agora conhecimento da entrada na Mesa do inquérito parlamentar n.º 3/VI, sobre a utilização das verbas concedidas pelo Fundo Social Europeu à UGT, em que aparecem como subscritores o PSD, o PS, o PCP, o CDS e o PSN.

Assim, gostaria de solicitar à Mesa uma rectificação relativa aos subscritores deste inquérito parlamentar, uma vez que o PCP não o subscreveu.

**O Sr. Presidente:** — Assim se fará, Sr. Deputado.

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP):** — Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, encontram-se a assistir à sessão alunos das Escolas Secundárias de Joane, de Vila Nova de Famalicão, de Fonseca Benevides, de Lisboa, e de Alfredo Silva, do Barreiro, para os quais peço a nossa habitual saudação.

*Aplausos gerais.*

Para uma pergunta ao Sr. Secretário de Estado do Equipamento e Tecnologias de Defesa, sobre o Campo de Tiro de Alcochete e os seus efeitos na área envolvente, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

**A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Em primeiro

lugar, gostaria de manifestar o nosso agrado pelo facto de o Governo ter, finalmente, acedido, após semanas e semanas de insistência nossa — iniciada em 28 de Novembro —, a responder a esta questão.

Hoje, ao ver o Governo aqui representado pelo Sr. Secretário de Estado do Equipamento e Tecnologia da Defesa, cuja presença agradeço, não posso evitar de me interrogar sobre se a dificuldade da escolha desta pergunta tabu não residiria também no dilema que o Governo tinha em saber a quem atribuir a responsabilidade de aqui, em seu nome, vir responder a esta questão.

Isto porque, por um lado, surge o Ministério da Defesa Nacional, que aqui representa, posicionando-se sempre de acordo com o Estado-Maior das Forças Armadas favorável a este projecto, e, por outro, o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais — cujo secretário de Estado, da altura, manifestou publicamente algumas reservas relativamente a este projecto — em que a posição dos seus técnicos é por todos conhecida.

Se cito este conflito, porventura menor neste processo, faço-o para situar aquilo que tem sido, desde sempre, o clima de conflitualidade e de oposição permanente que o projecto de alargamento do Campo de Tiro de Alcochete sempre suscitou.

De facto, gostaria de referir que estamos a falar de um projecto de alargamento de um campo de tiro com vista a torná-lo, tão-só, no maior campo de tiro da Europa. Um campo de tiro para as Forças Armadas, particularmente a NATO, poderem efectuar voos de baixa altitude, com frequências elevadas, treino de carreira de tiro ar/solo, voos nocturnos, simulacros de bombardeamentos e, mais do que isso, um campo de tiro que serviria, no quadro de uma feira do armamento — que, aliás, chegou a realizar-se, em 1987, em Lisboa — para campo de teste, demonstração e experimentação de novos materiais armamentistas postos à disposição.

Se este facto, só por si e da nossa parte, poderia provocar, desde logo, a nossa oposição — que se fosse só esta a causa seria uma oposição mais isolada —, a verdade é que o grande movimento de opinião gerado em torno do campo de tiro e contra ele se deve também à sua particular localização. Isto é, deve-se ao facto de o campo de tiro se situar em plena reserva natural do estuário do Tejo, área de paisagem protegida, de extrema sensibilidade e importância, pelo seu valor ecológico, abrangida pela Convenção de Ramsar, que o Governo Português ratificou, e pela riqueza do património que constitui uma das mais importantes zonas húmidas da Europa, *habitat* de mais de 100 000 aves que actualmente a utilizam como corredor migratório.

Ora, é exactamente no contexto desta oposição gerada pelos empresários, sobretudo os que se dedicam à actividade agrícola e silvo-pastorícia, também ela afectada negativamente pelos efeitos que o funcionamento do Campo de Tiro implica, que se organizou um grande movimento de opinião, abrangendo um vasto e diversificado conjunto de organizações, entidades e associações que, ao longo dos anos, têm demonstrado a sua viva oposição contra o projecto.

Refiro-me, concretamente, a autarcas, sindicatos, pacifistas, ambientalistas, organizações religiosas, objectores de consciência, organizações feministas, todo um conjunto de gente que, desde sempre, se posicionou contra este projecto. E porque? Porque ele, independentemente de pôr em causa o desenvolvimento económico de uma zona, põe também em causa o equilíbrio ecológico de uma reserva e um projecto que, em nosso entendimento, deveria ser seguido pelo Estado Português e que tem a ver com a evolução no sentido do pacifismo.

Na verdade, trata-se de um projecto absurdo que põe em causa a vida, a segurança dos cidadãos, de milhares e mi-

lhares de pessoas que vivem no perímetro desta área, altamente densificada, porque o Campo de Tiro de Alcochete não se circunscreve ao espaço físico de Alcochete, mas abrange toda a Área Metropolitana de Lisboa onde se concentram, como se sabe, cerca de 3000 pessoas.

É exactamente porque o que está em causa é o risco da vida, risco esse que ainda ontem, mais uma vez, foi evidenciado pela queda de mais um avião, o 11.º, onde morreu mais um piloto num acidente vulgar como tantos outros o são — e terão sido e sê-lo-ão, no futuro, e para isto temos vindo a alertar.

É para esta situação que temos vindo a alertar, ou seja, neste caso, devido ao embate do aparelho com um bando de aves, isso depois provocou uma tentativa de aterragem forçada.

Por isso, no quadro de perigo que representa a existência daquele Campo de Tiro ...

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Sr.ª Deputada, peço-lhe o favor de abreviar as suas considerações.

A Oradora: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Como dizia, atendendo ao quadro de perigo que representa a existência do Campo de Tiro de Alcochete, para a Área Metropolitana de Lisboa — quando está em discussão um novo projecto de atravessamento da ponte, quando se coloca, como hipótese, o novo aeroporto internacional, também naquela região —, gostaria que o Sr. Secretário de Estado fizesse o favor de nos dizer como é que o Governo entende, hoje, o seu futuro.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (Luís Filipe Menezes): — Sr. Presidente, se me permite, trata-se de uma breve interpelação sobre a forma como o Governo selecciona as perguntas a que responde, aqui, nas sessões de sextas-feiras.

Sr. Presidente, a Sr.ª Deputada afirmou que o Partido Ecologista Os Verdes tem esta pergunta em agenda há largos meses e que o Governo se tem recusado a responder. Ora, quero aqui esclarecer que tal afirmação não corresponde, de forma alguma, à verdade.

O Partido Ecologista Os Verdes será, porventura, o único partido com assento parlamentar que tem visto respondidas 100 % das perguntas formuladas ao Governo. Até este momento não houve nenhuma sessão de perguntas ao Governo em que este não tivesse respondido ao número de perguntas que, do ponto de vista regimental e constitucional, o Partido Ecologista Os Verdes tem o direito de formular.

Acontece que este partido faz duas perguntas por sessão para que o Governo selecione uma. Este, de acordo com critérios de ordem política, que só ao próprio Governo cabe avaliar, e também, fundamentalmente, por critérios de interesse ou informação públicos, escolhe a pergunta que entende ser aquela em que, por parte da opinião pública, haverá maior interesse em obter esclarecimentos.

Ora, talvez esta semana seja a primeira vez em que a outra pergunta formulada pelo Partido Ecologista Os Verdes era, porventura, menos interessante do que esta formulada ao Ministério da Defesa Nacional.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — A Sr.ª Deputada Isabel Castro pediu a palavra, para que efeito?

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Tem a palavra.

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, relativamente à questão que o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares colocou, talvez eu não tenha sido clara: é que não disse que o Partido Ecologista Os Verdes alguma vez viu negado o direito, que lhe é atribuído regimentalmente, de fazer perguntas ao Governo nem que alguma vez o Governo não lhe tivesse respondido.

O que disse foi que é uma pergunta tabu, que tem vindo a ser colocada desde 28 de Novembro e que o Governo, talvez por ter sempre considerado outras mais interessantes, até hoje, optou por nunca responder.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Equipamento e Tecnologias de Defesa, para responder.

O Sr. Secretário de Estado do Equipamento e Tecnologias de Defesa (Eugénio Ramos): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, não só por aquilo que o meu colega acaba de afirmar, mas também por termos, de alguma forma, a noção de que existe já hoje um conjunto de esclarecimentos que permitem abordar a chamada questão do Campo de Tiro de Alcochete com alguma transparência, até porque há um maior conhecimento por parte da opinião pública, foi dada, de certa forma, prioridade — menos favorável em alturas anteriores — a esta matéria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de relembrar — pois já tive oportunidade, mais de uma vez, de vir aqui, a esta Câmara, falar sobre este mesmo assunto — alguns aspectos que parecem ter sido esquecidos ou que, pelo menos, do que ouvi das perguntas formuladas pela Sr.ª Deputada Isabel Castro, estarão no seu esquecimento ou, eventualmente, no seu desconhecimento.

Trata-se de questões que, tendo sido, em nosso entender, já cabalmente explicitadas, justificam que os movimentos de opinião pública, de que fala, também não se tenham ouvido nos últimos tempos.

Começaria por me referir, muito brevemente, aos sucessivos argumentos que foram sendo utilizados e que, à medida que obtinham esclarecimentos, foram sendo postos de parte perante esta questão do Campo de Tiro de Alcochete.

Em primeiro lugar — e a Sr.ª Deputada também, aqui, já o referiu —, o Campo de Tiro e o seu alargamento encontraram-se na reserva natural do estuário do Tejo. Esta afirmação é absolutamente incorrecta. Se consultarmos um mapa que permita ver onde ficam localizados o Campo de Tiro de Alcochete e a reserva natural do estuário do Tejo vêem que não existe absolutamente nenhuma coincidência. A parte mais próxima do Campo de Tiro de Alcochete fica a 3 km do limite leste da reserva do estuário natural do Tejo.

Por outro lado, todo o alargamento faz-se, exactamente, no sentido contrário, ou seja, não tem rigorosamente nada que ver uma coisa com a outra. Trata-se, pois, de uma mera questão de conhecer a geografia desta área.

Em segundo lugar, a questão do aproveitamento destes terrenos. Os serviços públicos competentes nesta matéria já o disseram, por mais de uma vez, que o aproveitamento mais adequado do ponto de vista agrícola é o da exploração florestal. É isso que se faz num campo de tiro com esta dimensão por razões de segurança, que, aliás, está a ser alargado por essas mesmas questões de segurança.

Trata-se, pois, de um campo de tiro que tem duas ou três áreas extraordinariamente pequenas onde, de facto, se praticam exercícios — é para isso, naturalmente, que ele existe —, mas tudo o resto à volta é florestado. É este o parecer dos serviços técnicos competentes sobre qual o melhor aproveitamento para aqueles terrenos.

Em terceiro lugar, o problema das espécies animais em relação às do estuário do Tejo. Penso que a resposta já foi dada, porque a localização geográfica nada tem a ver com os limites da reserva do estuário do Tejo. Em todo o caso, tenho todo o gosto em convidar a Sr.<sup>a</sup> Deputada para uma deslocação ao Campo de Tiro, para que veja que este constitui a maior reserva de espécies animais daquela zona, em virtude de não ser lá permitida a caça, como é permitida em todo o seu redor. Assim, os animais, por instinto, conhecem, sabem bem o que se passa e a verdade é que todos para lá convergem!

O Sr. João Amaral (PCP): — Olhe que isso fica registado na acta! Como é que um campo de tiro é uma reserva natural?!

O Orador: — Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, como sou da opinião que «ver para crer» é uma atitude muitas vezes saudável, tenho todo o gosto em a convidar.

Em quarto lugar, a questão da disponibilidade de terrenos para a promoção do desenvolvimento económico do concelho de Alcochete e, de uma forma geral, do distrito de Setúbal. É, mais uma vez, um argumento que hoje tem vindo a ser — e que também já foi cabalmente esclarecido — sucessivamente posto de parte.

Contrariamente ao que o nome possa querer dizer, o Campo de Tiro de Alcochete não tem nem 1 m<sup>2</sup> de área no concelho de Alcochete e muito menos no distrito de Setúbal! Está, todo ele, localizado no concelho de Benavente, distrito de Santarém. E só quem tem querido atirar poeira para os olhos das pessoas é que tem utilizado outros argumentos e tem tentado fazer prova de factos que nada têm a ver com a realidade.

Quanto à contestação dos expropriados, a esse propósito, e de uma forma muito rápida, apenas gostaria de referir que mais de 70 % das expropriações foram já concluídas através de um contrato de indemnização amigável.

Finalmente, e penso que será o único problema que se justifica debater, a questão do impacte ambiental, que deve ser tratada da seguinte maneira: em primeiro lugar, não há qualquer obrigação internacional ou nacional no sentido de, relativamente ao Campo de Tiro de Alcochete, se fazer qualquer estudo de impacte ambiental. Isto porque, mesmo em termos das normas internacionais e comunitárias, constitui excepção tudo aquilo que tem a ver com a defesa nacional, por razões óbvias e que certamente não deixamos de aceitar.

Porém, o Governo criou uma comissão e fez o estudo de impacte ambiental. Naturalmente que não foi pacífico, mas foi um estudo feito em colaboração com os diferentes organismos competentes na matéria. As suas conclusões, se bem que tenham algumas declarações de voto de sentido contrário — que, aliás, presumo estarem na ideia da Sr.<sup>a</sup> Deputada quando aqui interveio —, as únicas cientificamente provadas e objectiváveis, têm a ver com as medições de poluição sonora que foram feitas. Elas são indesmentíveis: no nível de exercícios que hoje se realiza não existe impacte ambiental negativo para lá dos limites do Campo de Tiro e da sua zona de segurança.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Sr. Secretário de Estado, peço-lhe para abreviar a sua resposta.

O Orador: — Vou já terminar, Sr. Presidente.

É evidente que o problema que se coloca tem a ver com a futura utilização do Campo de Tiro. Mas, a este respeito, o Sr. Ministro da Defesa Nacional já disse e eu reafirmo-o hoje, aqui, em nome do Governo: não vai haver, contrariamente ao que parece retirar-se das palavras da Sr.<sup>a</sup> Deputada

Isabel Castro, utilização acrescida por parte de entidades estrangeiras do Campo de Tiro de Alcochete.

As forças armadas portuguesas têm necessidade de treinar e vão certamente continuar a fazê-lo. Ao fim e ao cabo o único problema que se coloca e em relação à qual o Governo se compromete — aliás, já o fez e fará — é que, para eventuais utilizações diversificadas por parte das forças armadas portuguesas, no Campo de Tiro de Alcochete, que extravasem aquilo que hoje está a ser feito, será realizado, naturalmente em conjunto com os restantes departamentos, o estudo de impacte de ambiental necessário e serão encontradas as soluções necessárias à minimização do impacte negativo que, como todos nós também sabemos, qualquer tipo de exercício das forças armadas de qualquer país do mundo necessariamente tem.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro, para pedir esclarecimentos.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de rectificar uma pequena imprecisão do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, já que referiu o facto de a pergunta ter sido formulada ao Ministério da Defesa Nacional. Isso é uma incorrecção. A pergunta não foi formulada a qualquer ministério especificamente, daí que tenha colocada a dúvida. É evidente que o Governo pode decidir quem vem responder à Assembleia da República, mas porquê o Ministério da Defesa Nacional e não o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais?

Segunda questão, o Sr. Secretário de Estado referiu que tem havido em relação ao Campo de Tiro de Alcochete esclarecimentos suficientes por parte do Governo.

Queria aqui recordar que o Sr. Primeiro-Ministro não teve sobre esta questão uma resposta concreta aquando do debate do Programa do Governo. Além disso, tivemos a oportunidade de ouvir o Sr. Ministro da Defesa Nacional, numa explanação extremamente circunstanciada e clara em comissão, anunciar um conjunto muito grande de iniciativas do Governo nesta área, e da múltipla informação não houve uma palavra sobre o Campo de Tiro de Alcochete.

Na interpelação ao Governo que fizemos sobre política de ambiente a questão do Campo de Tiro de Alcochete foi levantada e o Sr. Ministro do Ambiente e Recursos Naturais também não disse uma palavra. Portanto, os esclarecimentos do Governo nesta matéria não serão tantos quanto isso.

Sr. Secretário de Estado, agradeço-lhe o convite que me fez para visitar o Campo de Tiro. Esta questão é muito cara ao Partido Ecologista Os Verdes que, como sabe, desde 1987 tem repetidamente colocado esta questão. Inclusivamente, muitas vezes tive oportunidade de visitar a reserva e de participar em iniciativas contra a alargamento do Campo de Tiro de Alcochete.

Portanto, conheço-o sobejamente para necessitar de o ver de novo. E isto coloca, desde logo, a questão dos limites físicos do Campo de Tiro com a reserva natural.

Ora, o Sr. Secretário de Estado fala numa distância de 3 km. Presumo que terá a noção e o conhecimento dos problemas ecológicos para saber que a diversidade daquela reserva se não confina — como calculará, não tem barreiras físicas —, quanto aos seus efeitos, com o espaço físico onde administrativamente acaba.

Portanto, a questão não tem cabimento, já que, ontem mesmo, houve um acidente provocado por aves com um piloto que dirigia um avião em treino proveniente do Campo de Tiro de Alcochete.

O Sr. Secretário de Estado referiu ainda os estudos de impacte ambiental que, embora desnecessários, o Governo resolveu fazer. Mas recorde-lhe que o estudo de impacte

ambiental a que se refere não foi subscrito por todos os técnicos e que originou, inclusivamente, por parte de dois dos seus membros declarações de voto em que manifestavam uma posição contra o alargamento do Campo de Tiro de Alcochete.

O Sr. Secretário de Estado coloca em relação ao futuro uma perspectiva nova, mas que, lamentavelmente, não é uma perspectiva que surja — e não foi isso que entendi das suas palavras — por o Governo ter hoje compreendido quanto pode ser nefasto para a segurança dos cidadãos, para o seu bem-estar, para o seu direito à segurança o perigo que acarreta o abandono deste projecto do Campo de Tiro. Não é tanto por isso, nem porque na área metropolitana se vá fazer o novo atravessamento da ponte ou quanto à instalação do novo aeroporto, mas, tanto quanto percebi, o campo é abandonado porque a NATO, neste momento, parece estar desinteressada deste projecto.

Portanto, o que é pena é que o Governo abandone este projecto do Campo de Tiro de Alcochete não por sua decisão e compreensão dos perigos que acarreta, mas porque outros, afinal, se desinteressaram.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Equipamento e Tecnologias de Defesa.

O Sr. Secretário de Estado do Equipamento e Tecnologias de Defesa: — Sr. Presidente, Sr.º Deputado Isabel Castro, quero apenas dar-lhe uns breves esclarecimentos finais a propósito da sua intervenção.

Em primeiro lugar, o Sr. Ministro da Defesa Nacional não se referiu ao Campo de Tiro de Alcochete porque entendeu — aliás, como todas as indicações em termos de opinião pública dos últimos tempos fazem crer — que antes dele existem muitas prioridades e muitas questões para resolver. É, ao fim e ao cabo, hoje em dia, uma questão de rotina.

A Sr.ª Deputada disse que não vai ao Campo porque já foi à reserva. Mas se foi a esta não foi ao Campo de Tiro e são coisas diferentes que estão bem longe uma da outra.

Por outro lado, quanto ao problema dos 3 km, na verdade, é mais do que isso porque essa é a distância mais perto entre estas duas áreas. Infelizmente, como não conhece o Campo de Tiro de Alcochete, certamente não sabe que é na parte mais ocidental do campo — a que está mais perto do estuário — onde existem as instalações administrativas e onde se fazem determinado tipo de actividades que não têm rigorosamente nada que ver com o Campo de Tiro. Portanto, não são 3 km, mas, de alguma forma, são mais.

Relativamente às declarações de voto, eu próprio já as referi aqui. A Sr.ª Deputada teve a ocasião de as ver e poderá constatar que não têm rigorosamente qualquer base científica. São apenas meras opiniões, que não podem ser senão confrontadas com outras, e que, depois, serão objecto de decisão por quem tem a competência e a responsabilidade de decidir.

Como digo, nesse relatório o único elemento objectivo verificável em termos científicos é o impacto do ruído. Para eventuais acréscimos de impacto não deixaremos de, com os restantes serviços competentes, proceder aos demais estudos.

Em relação ao Campo de Tiro, o Sr. Ministro da Defesa Nacional já referiu — e também já o referi aqui hoje — que não vai haver aumento da sua utilização por forças armadas não nacionais autorizadas pelo Governo Português.

A Sr.ª Deputada está enganada quando diz que é uma decisão que tem como base o desinteresse de outrem. É uma decisão plenamente soberana que o Governo tomou em consciência.

Finalmente, hoje é um dia triste para a Força Aérea, já que morreu um dos seus homens e porque temos a lamentar dois feridos entre os civis, um dos quais em estado grave. O inquérito e os demais procedimentos administrativos estão já em curso. Naturalmente que não queremos adiantar quaisquer conclusões, mas gostaria que ficasse desde já explícito — e porque quero estar convencido de que não foi nesse sentido que a Sr.ª Deputada fez a sua intervenção — que não foi, certamente, por falta ou descuido indesculpável, nem por gosto temerário pelo risco ou por acto insensato que aconteceu o que aconteceu.

Este acidente poderia ter acontecido com um avião civil, tal como aconteceu com um avião militar. Portanto, é um problema que se porá sempre a qualquer aeroporto que fique localizado numa zona desta natureza.

De acordo com aquilo que conhecemos das comunicações que foram efectuadas pelo piloto para resolver o problema, que aparentemente era menor, mas que acabou por ser mais delicado na fase final, de tal maneira que por duas vezes disse que estava tudo bem, é esta a parte que vai ser importante para o inquérito, pois não sabemos o que é que aconteceu. Inclusive, por duas vezes esteve para se ejectar, e não o fez.

Neste momento, não temos qualquer pista que nos diga por que é que isso não aconteceu. Independentemente de todos lamentarmos, penso que não devemos ligar uma questão à outra, porque são dois assuntos completamente diferentes e não seria o mais apropriado estarmos aqui a fazer essa dupla ligação.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira). — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Maciel.

O Sr. Mário Maciel (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de saudar o regresso ao nosso convívio, e ao Plenário da Assembleia da República, da Sr.ª Deputada Ana Paula de Barros, que foi vítima, há tempos, de um grave acidente de viação e cujos ferimentos soube ultrapassar com grande força de vontade, determinação e paciência.

Portanto, da parte do Grupo Parlamentar do PSD, e penso que da parte dos restantes grupos parlamentares, aqui fica a nossa satisfação por ter regressado ao nosso convívio com tão óptimo aspecto, como se pode constatar.

*Aplausos gerais.*

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — A Mesa associa-se e ficará registada em acta a congratulação da Assembleia por esse facto.

Para interpellar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Armando Vara.

O Sr. Armando Vara (PS): — Sr. Presidente, desejava apenas solicitar a V. Ex.ª uma pequena rectificação, já que no inquérito parlamentar n.º 3/VI vem também referido que é subscrito pelo Grupo Parlamentar do PS. Ora, tal não acontece, pois apenas é subscrito por alguns Deputados do Partido Socialista.

Portanto, solicitava a V. Ex.ª a respectiva rectificação.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Assim se fará, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, estão terminados os trabalhos de hoje. A próxima reunião plenária terá lugar no dia 5 de Maio, pelas 15 horas.

Está encerrada a sessão.

*Eram 12 horas.*



### Rectificação ao n.º 34, de 28 de Fevereiro de 1992

No sumário, 1.ª col., l. 15, onde se lê «Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimentos e deu explicações aos Srs. Deputados Duarte Lima, Carlos Coelho, [...]» deve ler-se «Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento e deu explicações aos Srs. Deputados Duarte Lima, Mário Maciel, Carlos Coelho, [...]»

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

#### Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

António Barbosa Melo.  
Carlos Duarte Oliveira.  
Carlos Lélis.  
Cipriano Rodrigues Martins.  
Duarte Rogério Pacheco.  
Fernando Gomes Pereira.  
Fernando Monteiro do Amaral.  
João Álvaro Poças Santos.  
José Alberto Puig Costa.  
José Ângelo Correia.  
Leonardo Ribeiro de Almeida.  
Luís Carlos David Nobre.  
Manuel Baptista Cardoso.  
Manuel Costa Andrade.  
Maria de Lurdes Póvoa Costa.  
Maria Helena Ramos Mourão.  
Maria Manuela Aguiar.  
Nuno Delerue Alvim de Matos.  
Pedro e Holstein Campilho.  
Pedro Manuel Passos Coelho.

#### Partido Socialista (PS):

António da Silva Braga.  
António José Martins Seguro.  
António Luís Santos Costa.  
António Oliveira Guterres.  
António Poppe Lopes Cardoso.  
António Ribeiro Campos.  
António Ribeiro da Silva.  
Eurico José de Figueiredo.  
Joel Eduardo Hasse Ferreira.  
José Eduardo Cruz Jardim.  
José Gameiro dos Santos.  
José Manuel da Silva Lemos.  
José Rodrigues dos Penedos.  
José Sócrates de Sousa.  
Leonor Coutinho Santos.  
Manuel Alegre Melo Duarte.  
Mário Manuel Videira Lopes.  
Rogério Conceição Martins.

#### Partido Comunista Português (PCP):

Maria Odetê dos Santos.  
Vitor Manuel Ranita.

#### Centro Democrático Social (CDS):

Casimiro da Silva Tavares.  
José Luís Nogueira de Brito.

#### Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

André Valente Martins.

A DIVISÃO DE REDACÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

#### AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE  
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 6\$ + IVA; preço por linha de anúncio, 178\$ + IVA.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

**PREÇO DESTE NÚMERO 101\$00 (IVA INCLUIDO 5%)**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1092-01 Lisboa-Codex.